

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	33
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	37

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.426.322
Preferenciais	0
Total	58.426.322
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	11/01/2012	Juros sobre Capital Próprio	19/01/2012	Ordinária		0,02461
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	23/04/2012	Dividendo	24/04/2012	Ordinária		1,00148
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	02/04/2012	Juros sobre Capital Próprio	02/04/2012	Ordinária		0,02670

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	562.767	623.966
1.01	Ativo Circulante	190.863	241.398
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	144.686	189.021
1.01.01.01	Caixa e bancos	1.373	1.862
1.01.01.02	Aplicações financeiras	143.313	187.159
1.01.03	Contas a Receber	33.734	33.396
1.01.03.01	Clientes	33.378	32.699
1.01.03.01.01	Contas a receber	14.286	16.244
1.01.03.01.02	Créditos com pessoas ligadas	19.086	16.412
1.01.03.01.03	Contas a receber partes relacionadas	6	43
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	356	697
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.387	660
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.056	18.321
1.01.08.03	Outros	11.056	18.321
1.01.08.03.01	Aplicações financeiras vinculadas	11.056	18.321
1.02	Ativo Não Circulante	371.904	382.568
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	64.369	59.937
1.02.01.06	Tributos Diferidos	19.203	14.730
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.203	14.730
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	45.000	45.000
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	45.000	45.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	166	207
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	166	155
1.02.01.09.04	Aplicações financeiras vinculadas	0	52
1.02.03	Imobilizado	1.524	1.695
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.524	1.695
1.02.04	Intangível	306.011	320.936
1.02.04.01	Intangíveis	306.011	320.936
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.446	14.232
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	1.169	1.169
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	291.396	305.535

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	562.767	623.966
2.01	Passivo Circulante	116.837	132.485
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.139	1.985
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.139	1.985
2.01.02	Fornecedores	5.136	3.527
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.136	3.527
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	3.878	2.426
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	1.258	1.101
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.363	12.386
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.021	11.116
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.720	9.702
2.01.03.01.02	Outras obrigações federais	1.301	1.414
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.342	1.270
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.078	80.026
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.687	3.805
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.687	3.805
2.01.04.02	Debêntures	70.391	76.221
2.01.05	Outras Obrigações	14.469	25.164
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.569	979
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	93	110
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.476	869
2.01.05.02	Outros	12.900	24.185
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.156	12.945
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	10.658	10.370
2.01.05.02.07	Contas a pagar	1.086	870
2.01.06	Provisões	10.652	9.397
2.01.06.02	Outras Provisões	10.652	9.397
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	10.652	9.397
2.02	Passivo Não Circulante	337.601	366.381
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	257.740	288.792
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.503	5.587
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.503	5.587
2.02.01.02	Debêntures	253.237	283.205
2.02.02	Outras Obrigações	42.804	45.082
2.02.02.02	Outros	42.804	45.082
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	42.721	45.082
2.02.02.02.04	Fornecedores nacionais	83	0
2.02.04	Provisões	37.057	32.507
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	896	894
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	687	691
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	209	203
2.02.04.02	Outras Provisões	36.161	31.613
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	36.161	31.613
2.03	Patrimônio Líquido	108.329	125.100
2.03.01	Capital Social Realizado	65.078	65.078
2.03.04	Reservas de Lucros	43.251	60.022

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.04.01	Reserva Legal	13.016	13.016
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	30.235	47.006

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	65.733	130.975	59.210	116.462
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.049	-63.212	-30.886	-59.554
3.03	Resultado Bruto	34.684	67.763	28.324	56.908
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.778	-5.219	-2.741	-5.005
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.778	-5.219	-2.741	-5.005
3.04.02.01	Despesas administrativas	-2.600	-5.041	-2.582	-4.692
3.04.02.03	Remuneração da administração	-178	-178	-159	-313
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.906	62.544	25.583	51.903
3.06	Resultado Financeiro	-7.081	-13.736	-7.401	-16.975
3.06.01	Receitas Financeiras	5.423	12.539	8.477	15.989
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.504	-26.275	-15.878	-32.964
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.825	48.808	18.182	34.928
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.817	-15.377	-5.540	-11.076
3.08.01	Corrente	-9.841	-19.850	-7.351	-13.462
3.08.02	Diferido	2.024	4.473	1.811	2.386
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.008	33.431	12.642	23.852
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.008	33.431	12.642	23.852
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,29110	0,57220	0,21640	0,40820
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,29110	0,57220	0,21640	0,40820

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	74.495	80.552
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	71.229	72.689
6.01.01.01	Lucro líquido do período	33.431	23.852
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	16.661	16.447
6.01.01.03	Baixa de ativos intangíveis	54	212
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.473	-2.386
6.01.01.05	Despesas de juros, líquidas de receitas	19.750	27.240
6.01.01.06	Despesas (receitas) financeiras de ajustes a valor presente	1.334	-216
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e e fiscais	3	17
6.01.01.08	Constituição (reversão) de provisão para manutenção em rodovias	4.469	7.511
6.01.01.09	Outros	0	12
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.266	7.863
6.01.02.01	Contas a receber	1.995	-796
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-727	-180
6.01.02.03	Impostos a recuperar	637	711
6.01.02.04	Outros créditos	330	676
6.01.02.05	Fornecedores	1.457	3.124
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	590	5.015
6.01.02.07	Cauções contratuais de fornecedores	157	210
6.01.02.08	Obrigações sociais	154	116
6.01.02.09	Obrigações fiscais	18.853	13.257
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-20.356	-13.697
6.01.02.11	Outras contas a pagar	215	-566
6.01.02.12	Credores pela concessão	-39	-7
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.601	11.148
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-118	-202
6.02.02	Aquisições de itens do intagível	-1.423	-9.559
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-48.171	-40.367
6.02.04	Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	56.313	61.276
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-125.431	-79.638
6.03.02	Empréstimos - pagamentos de principal	-2.410	-1.683
6.03.03	Empréstimos - pagamentos de juros	-431	-1.027
6.03.05	Debêntures- pagamentos de principal	-33.660	-33.660
6.03.06	Debêntures - pagamentos de juros	-22.521	-27.753
6.03.07	Pagamento de credores pela concessão	-4.898	-4.462
6.03.08	Pagamento de dividendos	-58.513	-11.053
6.03.09	Pagamento de juros sobre o capital próprio	-2.998	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-44.335	12.062
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	189.021	192.684
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	144.686	204.746

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	65.078	0	60.022	0	0	125.100
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	65.078	0	60.022	0	0	125.100
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.006	-3.196	0	-50.202
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.196	0	-3.196
5.04.08	Dividendos propostos	0	0	-47.006	0	0	-47.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.431	0	33.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.431	0	33.431
5.07	Saldos Finais	65.078	0	13.016	30.235	0	108.329

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	61.878	0	41.006	0	0	102.884
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	61.878	0	41.006	0	0	102.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	22.178	-23.852	0	-1.674
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.674	0	-1.674
5.04.10	Dividendo adicional proposto	0	0	22.178	-22.178	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.852	0	23.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.852	0	23.852
5.07	Saldos Finais	61.878	0	63.184	0	0	125.062

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	143.297	127.152
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	140.288	121.799
7.01.02	Outras Receitas	1.541	1.196
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.468	4.157
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.901	-43.179
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.823	-10.168
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.934	-3.103
7.02.04	Outros	-32.144	-29.908
7.02.04.01	Custo da concessão	-7.119	-6.926
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-1.468	-4.157
7.02.04.05	Custos de provisão para manutenção em rodovias	-22.369	-17.615
7.02.04.06	Outros	-1.188	-1.210
7.03	Valor Adicionado Bruto	97.396	83.973
7.04	Retenções	-16.661	-16.447
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.661	-16.447
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	80.735	67.526
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.539	15.990
7.06.02	Receitas Financeiras	12.539	15.990
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	93.274	83.516
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	93.274	83.516
7.08.01	Pessoal	6.823	6.195
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.738	4.532
7.08.01.02	Benefícios	1.735	1.303
7.08.01.03	F.G.T.S.	350	360
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.954	23.050
7.08.02.01	Federais	21.727	16.776
7.08.02.02	Estaduais	147	135
7.08.02.03	Municipais	7.080	6.139
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.066	30.419
7.08.03.01	Juros	21.586	29.001
7.08.03.02	Aluguéis	655	662
7.08.03.03	Outras	1.825	756
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	33.431	23.852
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.196	1.423
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.235	22.429



Itirapina, 13 de agosto de 2012 – A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A, empresa do Grupo OHL, comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2012 (2T12), período encerrado em 30 de junho de 2012. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IFRS. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- O volume do tráfego pedagiado foi de 11.877 mil veículos equivalentes no 2T12, em comparação ao 2T11 que foi de 11.597 mil veículos equivalentes, apresentando respectivamente um crescimento de 2,4%. Este crescimento foi influenciado por componentes cíclicos. Sazonalmente, o volume de veículos equivalentes no 2T12 é maior em relação ao 1T12.

Receita Operacional Bruta

- No 2T12 a Centrovias obteve uma receita bruta de pedágio de R\$ 70,3 milhões contra R\$ 62,3 milhões no 2T11, apresentando um crescimento de 12,9%. Essa evolução justifica-se principalmente pelo crescimento do tráfego e pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio (+9,77%) em 01/07/2011. Podemos observar também uma queda de 51,3% na rubrica receitas de obras comparando o 2T12 ante ao 2T11, cujo valor tem custos em igual montante na rubrica “custo dos serviços de construção”, tal queda deve-se pelas obras de duplicação das praças de pedágio que no 2T11 ainda estavam em fase de conclusão.
- A receita operacional líquida totalizou R\$ 65,7 milhões no 2T12, impactando no crescimento de 11,0% ante ao 2T11.

Custos e Despesas

- No 2T12 os custos e despesas operacionais totais (excluído deprec. e amort.) somaram R\$ 25,4 milhões, apresentando aumento de 0,7% ante ao 2T11. Desconsiderando a rubrica “custos dos serv.construção”, que possui efeito nulo no resultado em atendimento as normas contábeis conforme ICPC01, observa-se um aumento de 4,6% do 2T12 ante ao 2T11, esse aumento se deve principalmente à evolução da remuneração dos administradores da Companhia e ao aumento dos custos de provisão para manutenção de rodovias que foram provisionados em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA do trimestre foi de R\$ 40,3 milhões, apresentando crescimento de 18,7% ante ao 2T11. Tal crescimento foi impactado pelo reajuste contratual das tarifas em julho de 2011. Vale

Comentário do Desempenho



mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o Ebitda apresenta acréscimo de 16,0%.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 7,1 milhões no 2T12, sendo 4,3% menor que a despesa de R\$ 7,4 milhões registrados no 2T11. Este decréscimo refere-se basicamente à amortização das parcelas das debêntures impactando diretamente nos encargos financeiros.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 17,0 milhões, apresentando um crescimento de 34,5% ante ao 2T11, devido, basicamente, ao aumento da receita operacional líquida motivada pelo reajuste tarifário contratual e aumento no tráfego de veículos pedagiados.

Endividamento

- A Centrovias encerrou o segundo trimestre de 2012 com um endividamento bruto de R\$ 330,8 milhões contra R\$ 344,9 milhões no trimestre anterior. A redução de 4,1% deve-se principalmente às amortizações das parcelas de debêntures ocorridas durante o período.

Investimentos

- Durante o 2T12 foram desembolsados R\$ 11,2 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos do contrato de concessão, dentre os principais investimentos destaca-se o início da 3ª intervenção de pavimento na SP 310, obras de implantação de passarela na SP 225, recuperação das estruturas metálicas das praças de pedágio e implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP 225 e SP 310.
- As obras de manutenção e conservação das rodovias somaram R\$ 10,0 milhões no 2T12, representando 89,3% do montante total desembolsado.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T12	1T12	2T11	Var% 2T12/1T12	Var% 2T12/2T11	1S12	1S11	Var% 1S12/1S11
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	11.877.178	11.865.735	11.597.403	0,1%	2,4%	23.742.913	22.662.091	4,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T12	1T12	2T11	Var% 2T12/1T12	Var% 2T12/2T11	1S12	1S11	Var% 1S12/1S11
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	71.909	71.388	64.682	0,7%	11,2%	143.297	127.152	12,7%
Receitas de pedágio	70.282	70.006	62.277	0,4%	12,9%	140.288	121.799	15,2%
Receitas de obras	845	623	1.735	35,6%	-51,3%	1.468	4.157	-64,7%
Receitas acessórias	782	759	670	3,0%	16,7%	1.541	1.196	28,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.176)	(6.146)	(5.472)	0,5%	12,9%	(12.322)	(10.690)	15,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	65.733	65.242	59.210	0,8%	11,0%	130.975	116.462	12,5%
CUSTOS E DESPESAS	(25.395)	(26.375)	(25.215)	-3,7%	0,7%	(51.770)	(48.112)	7,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.223)	(11.736)	(10.944)	-4,4%	2,5%	(22.959)	(21.672)	5,9%
Custo dos serv. de construção	(845)	(623)	(1.735)	35,6%	-51,3%	(1.468)	(4.157)	-64,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.476)	(2.320)	(2.408)	6,7%	2,8%	(4.796)	(4.354)	10,1%
Remuneração da administração	(178)	-	(159)	-	11,9%	(178)	(313)	-43,0%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(10.673)	(11.696)	(9.969)	-8,7%	7,1%	(22.369)	(17.616)	27,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	40.338	38.867	33.995	3,8%	18,7%	79.205	68.350	15,9%
Margem EBITDA	61,4%	59,6%	57,4%			60,5%	58,7%	
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(8.432)	(8.229)	(8.412)	2,5%	0,2%	(16.661)	(16.447)	1,3%
Depreciação de imobilizado	(133)	(134)	(109)	-0,7%	22,0%	(267)	(220)	21,4%
Amortização do intangível	(8.299)	(8.095)	(8.303)	2,5%	0,0%	(16.394)	(16.227)	1,0%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(7.081)	(6.655)	(7.401)	6,4%	-4,3%	(13.736)	(16.975)	-19,1%
Receitas financeiras	5.423	7.116	8.477	-23,8%	-36,0%	12.539	15.989	-21,6%
Despesas financeiras	(12.504)	(13.771)	(15.878)	-9,2%	-21,2%	(26.275)	(32.964)	-20,3%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	24.825	23.983	18.182	3,5%	36,5%	48.808	34.928	39,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.817)	(7.560)	(5.540)	3,4%	41,1%	(15.377)	(11.076)	38,8%
Corrente	(9.841)	(10.009)	(7.351)	-1,7%	33,9%	(19.850)	(13.462)	47,5%
Diferido	2.024	2.449	1.811	-17,4%	11,8%	4.473	2.386	87,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	17.008	16.423	12.642	3,6%	34,5%	33.431	23.852	40,2%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T12	1T12	2T11	Var% 2T12/1T12	Var% 2T12/2T11	1S12	1S11	Var% 1S12/1S11
EBITDA *	40.338	38.867	33.995	3,8%	18,7%	79.205	68.350	15,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	10.673	11.696	9.969	-8,7%	7,1%	22.369	17.616	27,0%
EBITDA Ajustado *	51.011	50.563	43.964	0,9%	16,0%	101.574	85.966	18,2%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP/01.

A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A é uma empresa controlada pela OHL Brasil S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites www.ohlbrasil.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul, constituída em 27 de maio de 1998. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL Brasil”). A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998.

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012 não ocorreram mudanças no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A emissão das Informações Trimestrais foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2012.

2 CONCESSÕES

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação às demonstrações de 31 de dezembro de 2011, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de junho de 2012, os montantes de R\$ 30.386 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 182.782 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

3 BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):

As informações financeiras para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21(R1) e a IAS 34 Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As informações relativas às: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações trimestrais estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

Notas Explicativas

4.1. Passivos ajustados ao seu valor presente:

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<u>Circulante</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	10.969	9.711
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>10.652</u>	<u>9.397</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(317)</u>	<u>(314)</u>
Credores pela concessão – real (*)	10.923	10.628
Credores pela concessão a valor presente (*)	<u>10.658</u>	<u>10.370</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(265)</u>	<u>(258)</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	42.909	37.902
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>36.161</u>	<u>31.613</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(6.748)</u>	<u>(6.289)</u>
Credores pela concessão - real	50.556	53.976
Credores pela concessão a valor presente	<u>42.721</u>	<u>45.082</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(7.835)</u>	<u>(8.894)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 14.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do período.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2012. Tais pronunciamentos serão implantados à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes nas informações trimestrais.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Informações trimestrais Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar Informações trimestrais consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) Informações trimestrais Consolidadas e Separadas	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) Investimentos em Coligadas	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Benefícios a empregados	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no exercício de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, foram adotados nas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas informações trimestrais.

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro	Períodos anuais iniciados em 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos e Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representados por:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e contas bancárias	1.373	1.862
Aplicações financeiras (*)	<u>143.313</u>	<u>187.159</u>
Total	<u>144.686</u>	<u>189.021</u>

(*) Representadas por aplicações em cotas de fundos de investimentos, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 101,4% da variação do CDI no período.

6 CONTAS A RECEBER

Representadas por:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Pedágio eletrônico a receber (a)	12.930	15.077
Cupons de pedágio a receber	120	121
Cartões de pedágio a receber	214	128
Arrecadação de cartão de crédito	<u>1.022</u>	<u>918</u>
Total	<u>14.286</u>	<u>16.244</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com estes recebíveis em 30 de junho de 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(a) Conforme nota explicativa nº 23.b.

7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de junho de 2012, essas aplicações foram remuneradas na média de 100,5% da variação do CDI.

Os valores dessas aplicações são como seguem:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Ativo circulante	11.056	18.321
Ativo não circulante	-	52

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Representados por:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Bases do ativo diferido:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	896	894
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b):		
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	13.703	7.087
Provisão para manutenção de rodovias	46.813	41.010
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (c)	(1.789)	(2.294)

Notas Explicativas

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Amortização do direito de concessão incorporada (d)	(3.145)	(3.373)
Base de cálculo	56.478	43.324
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>19.203</u>	<u>14.730</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.
- (c) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme a nota explicativa nº 14.
- (d) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em estimativas de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em

2012	1.200
2013	2.362
2014	2.362
2015	2.362
Acima de 2016	<u>10.917</u>
	<u>19.203</u>

9 IMOBILIZADO

A movimentação de 30 de junho de 2012 é como segue:

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>				
Saldo em 31.12.2011	851	2.794	102	3.747
Adições	25	76	-	101
Alienações e baixas	<u>(8)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>
Saldo em 30.06.2012	<u>868</u>	<u>2.869</u>	<u>102</u>	<u>3.839</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2011	(352)	(1.625)	(75)	(2.052)
Depreciação	(38)	(211)	(18)	(267)
Alienações e baixas	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>
Saldo em 30.06.2012	<u>(386)</u>	<u>(1.836)</u>	<u>(93)</u>	<u>(2.315)</u>

Notas ExplicativasImobilizado líquido

Saldo em 31.12.2011	499	1.169	27	1.695
Saldo em 30.06.2012	482	1.033	9	1.524
Taxas de depreciação	10%	20%	20%	

10 INTANGÍVEL

A movimentação de 30 de junho de 2012 é como segue:

	<u>Intangível em rodovia-obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível bruto</u>						
Saldo em 31.12.2011	575.992	40.280	9.474	1.625	1.169	628.540
Adições	1.258	-	-	260	-	1.518
Transferências	(49)	-	-	-	-	(49)
Saldo em 30.06.2012	<u>577.201</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>1.885</u>	<u>1.169</u>	<u>630.009</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2011	(274.763)	(26.048)	(5.966)	(827)	-	(307.604)
Amortização	<u>(15.309)</u>	<u>(786)</u>	<u>(217)</u>	<u>(82)</u>	=	<u>(16.394)</u>
Saldo em 30.06.2012	<u>(290.072)</u>	<u>(26.834)</u>	<u>(6.183)</u>	<u>(909)</u>	=	<u>(323.998)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2011	301.229	14.232	3.508	798	1.169	320.936
Saldo em 30.06.2012	287.129	13.446	3.291	976	1.169	306.011
Taxa anual de amortização						11%

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário e ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida em junho de 2006, da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Em períodos anteriores, essa rubrica era denominada “Ágio incorporado”. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

Os ativos intangíveis são amortizados com base na curva de tráfego projetada, dentro do prazo da concessão.

11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representados por:

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
-------------------	------------------------	-------------------	-------------------

Passivo circulante:

Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,30% a.a.	2.687	3.805
----------------------------	-------------------------------	-------	-------

Passivo não circulante:

Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,30% a.a.	4.503	5.587
----------------------------	-------------------------------	-------	-------

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 30 de junho de 2012, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias. O vencimento final será em 15 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2012, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2012 (a partir de 30 de junho)	1.175
2013	2.349
2014	<u>979</u>
	<u>4.503</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12 DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30.06.2012</u>		<u>31.12.2011</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	68.036	117.829	68.575	151.489
2ª série (a)	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	<u>3.074</u>	<u>136.371</u>	<u>8.421</u>	<u>132.996</u>
	<u>406.131</u>			<u>71.110</u>	<u>254.200</u>	<u>76.996</u>	<u>284.485</u>
Custo de transação				<u>(719)</u>	<u>(963)</u>	<u>(775)</u>	<u>(1.280)</u>
Total				<u>70.391</u>	<u>253.237</u>	<u>76.221</u>	<u>283.205</u>

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário em 30 de junho de 2012 de R\$1 cada uma.

Notas Explicativas

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Série	15/03/2010	286.131	26/04/2010	289.313
2ª Série	15/03/2010	<u>120.000</u>	27/04/2010	<u>121.899</u>
Total		<u>406.131</u>		<u>411.212</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e a amortização trimestral iniciou-se em 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2012, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas séries apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2012 (a partir de 30 de junho)	33.484
2013	83.339
2014	56.619
2015	39.836
2016	<u>39.959</u>
	<u>253.237</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivada na CVM.

Em 30 de junho de 2012, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor é reduzido conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão é reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº7.

13 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, alugéis e mútuo para capital de giro.

Notas Explicativas

Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e as transações realizadas no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Empréstimos a partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	19.086	16.412
Contas a receber - partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	3	5
Autovias S.A.	3	7
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.	-	6
Vianorte S.A.	-	3
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	<u>-</u>	<u>22</u>
	<u>6</u>	<u>43</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimos a partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	45.000	45.000
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores - partes relacionadas:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda.	-	198
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	1.073	570
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	<u>403</u>	<u>101</u>
	<u>1.476</u>	<u>869</u>
Contas a pagar – partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	93	110
Dividendos propostos:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	-	11.507
Juros sobre capital próprio:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	1.156	1.438

	<u>30.06.2012</u>			<u>30.06.2011</u>		
	Serviços prestados em conservação de rotina	Serviços de manutenção	Receita financeira	Serviços prestados em conservação de rotina	Serviços de manutenção	Receita financeira
<u>Contas de resultado</u>						
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	-	-	3.146	-	-	3.354
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (2)	-	956	-	-	1.365	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	1.105	4.691	-	902	4.668	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	<u>-</u>	<u>1.412</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>421</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.105</u>	<u>7.059</u>	<u>3.146</u>	<u>902</u>	<u>6.454</u>	<u>3.354</u>

Notas Explicativas

<u>Contas de resultado</u>	30.06.2012			30.06.2011		
	Serviços prestados em conservação de rotina	Serviços de manutenção	Receita financeira	Serviços prestados em conservação de rotina	Serviços de manutenção	Receita financeira
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	-	-	1.476	-	-	1.743
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (2)	-	396	-	-	670	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	296	3.099	-	446	3.324	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	-	855	-	-	-	-
Total	<u>296</u>	<u>4.350</u>	<u>1.476</u>	<u>446</u>	<u>3.994</u>	<u>1.743</u>

- (1) Esse empréstimo teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil) e é composto por quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor em 30.06.2012</u>	<u>Saldo devedor em 31.12.2011</u>
Agosto/2008	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	20.000	28.798	27.596
Setembro/2008	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	15.000	21.415	20.522
Dezembro/2008	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.784	2.668
Dezembro/2008	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>11.089</u>	<u>10.626</u>
Total			<u>45.000</u>	<u>64.086</u>	<u>61.412</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2012. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, após o vencimento dos juros a Administração analisará o vencimento do valor do principal.

- (2) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e no custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativos aos serviços prestados em conservação de rotina e serviços de manutenção nas rodovias.

No decorrer do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$178 e R\$ 178, respectivamente (R\$ 159 e R\$ 313, respectivamente, em 30 de junho de 2011) a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Conselheiros de Administração e da Diretoria, incluindo os respectivos encargos sociais, e estão registrados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Os diretores não receberam renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados – PLR registrados em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$ 406 e R\$ 732. As metas são como seguem:

- a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Notas Explicativas

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

14 CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão vem sendo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 sem considerar a extensão do prazo de concessão. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013. Desta forma, o reajuste que ocorrerá em julho deste ano será calculado considerando a variação do IGP-M.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real (*)</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Direito de outorga – parcela fixa	9.950	9.623	10.215	9.881
Parcela variável (a)	<u>708</u>	<u>747</u>	<u>708</u>	<u>747</u>
Total	<u>10.658</u>	<u>10.370</u>	<u>10.923</u>	<u>10.628</u>
	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real (*)</u>	
<u>Não circulante</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Direito de outorga – parcela fixa	42.721	45.082	50.556	53.976

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) A parcela variável corresponde a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Notas Explicativas

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2012 está assim representada:

	Parcelas		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	59	71

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer dos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 ao Poder Concedente estão assim representados:

<u>Valores Pagos</u>	Outorga					
	Trimestre			Semestre		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>
2º trimestre de 2012	2.449	2.167	4.616	4.898	4.294	9.192
2º trimestre de 2011	2.231	1.876	4.107	4.462	3.701	8.163

Em 30 de junho de 2012, o valor real das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2013	5.108
2014	10.215
Acima de 2014	<u>35.233</u>
	<u>50.556</u>

15 PROVISÕESProvisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2012 é conforme segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.06.2012</u>
Cíveis	203	8	(1)	(1)	209
Trabalhistas	<u>691</u>	<u>2</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>687</u>
Total	<u>894</u>	<u>10</u>	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>896</u>

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 764, R\$ 169 e R\$ 669, respectivamente em cada natureza de risco em 30 de junho de 2012 (R\$ 738, R\$ 183 e R\$ 796, respectivamente em 31 de dezembro de 2011).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização das provisões de manutenção é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção, durante o período findo em 30 de junho de 2012, é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>	<u>Não</u> <u>circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2011	9.397	31.613
Adições	-	13.709
Utilizações	(7.906)	-
Transferências	<u>9.161</u>	<u>(9.161)</u>
Saldos em 30.06.2012	<u>10.652</u>	<u>36.161</u>

Os pagamentos efetuados no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012 referentes às manutenções realizadas foram de R\$ 10.017 e R\$ 15.327, respectivamente.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$104.798 e está representado por 101.483.834 ações ordinárias, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2012</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.:	
Participação acionária	100%
Quantidade de ações subscritas	101.483.834
Quantidade de ações integralizadas	58.426.322

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, reserva retenção de lucros, prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral ou reserva de retenção de lucros, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Foram distribuídos em 24 de abril de 2012 dividendos complementares referentes ao exercício anterior no montante de R\$ 58.513.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, é limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de imposto de renda.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2012 a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.560, líquido de R\$ 276, referente ao imposto de renda retido na fonte, integralmente pagos no trimestre findo em 30 de junho de 2012.

No decorrer do trimestre findo em 30 de junho de 2012 a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.156, líquido de R\$ 204, referente ao imposto de renda retido na fonte.

17 RECEITAS

Representadas por:

	<u>Trimestre</u>		<u>Semestre</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Receita de serviços prestados	70.282	62.277	140.288	121.799
Receita de serviços de construção	845	1.735	1.468	4.157
Outras receitas	<u>782</u>	<u>670</u>	<u>1.541</u>	<u>1.196</u>
	<u>71.909</u>	<u>64.682</u>	<u>143.297</u>	<u>127.152</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>Trimestre</u>		<u>Semestre</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Receita bruta	71.909	64.682	143.297	127.152
ISSQN	(3.548)	(3.142)	(7.081)	(6.139)
PIS	(468)	(414)	(933)	(810)
COFINS	<u>(2.160)</u>	<u>(1.916)</u>	<u>(4.308)</u>	<u>(3.741)</u>
Receita líquida	<u>65.733</u>	<u>59.210</u>	<u>130.975</u>	<u>116.462</u>

18 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Representados por:

Notas Explicativas

<u>Custos</u>	<u>Trimestre</u>		<u>Semestre</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Custo de construção	845	1.735	1.468	4.157
Com pessoal	3.018	2.970	5.983	5.547
Serviços de terceiros	2.726	2.326	5.382	4.617
Depreciação / amortização	8.308	8.238	16.416	16.109
Custos com poder concedente	2.131	1.891	4.254	3.691
Seguros / garantias	443	615	1.001	1.102
Conservação	1.850	2.088	4.267	4.608
Provisão para manutenção em rodovias	10.673	9.969	22.369	17.616
Outros	<u>1.055</u>	<u>1.054</u>	<u>2.072</u>	<u>2.107</u>
Total	<u><u>31.049</u></u>	<u><u>30.886</u></u>	<u><u>63.212</u></u>	<u><u>59.554</u></u>

<u>Despesas administrativas</u>	<u>Trimestre</u>		<u>Semestre</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Com pessoal	862	859	1.771	1.486
Serviços de terceiros	1.096	575	2.054	905
Depreciação / amortização	124	174	245	338
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	150	43	188	125
Seguros / garantias	3	-	5	3
Outros	<u>365</u>	<u>931</u>	<u>778</u>	<u>1.835</u>
Total	<u><u>2.600</u></u>	<u><u>2.582</u></u>	<u><u>5.041</u></u>	<u><u>4.692</u></u>

19 RESULTADO FINANCEIRO

Representado por:

	<u>Trimestre</u>		<u>Semestre</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.06.2011</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	1.476	1.743	3.146	3.354
Aplicações financeiras	3.947	6.635	9.243	12.463
Outras receitas	-	99	150	172
Total receitas	<u><u>5.423</u></u>	<u><u>8.477</u></u>	<u><u>12.539</u></u>	<u><u>15.989</u></u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(9.483)	(13.565)	(21.291)	(28.167)
Atualização monetária do ônus da concessão	(1.889)	(1.212)	(2.864)	(3.237)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(716)	(377)	(1.334)	(216)
Outras despesas	<u>(416)</u>	<u>(724)</u>	<u>(786)</u>	<u>(1.344)</u>
Total despesas	<u><u>(12.504)</u></u>	<u><u>(15.878)</u></u>	<u><u>(26.275)</u></u>	<u><u>(32.964)</u></u>

20 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

Notas Explicativas**b) Informações suplementares**

	Trimestre		Semestre	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:				
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	1.156	1.423	1.156	1.423
Fornecedores e cauções contratuais de imobilizado e intangível	(235)	4.256	78	5.367

21 RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de junho de 2012 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestre e semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 é como segue:

	Trimestre		Semestre	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.825	18.182	48.808	34.928
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(8.441)	(6.182)	(16.595)	(11.875)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	463	570	1.087	567
Outros ajustes	161	72	131	232
Despesa contabilizada	<u>(7.817)</u>	<u>(5.540)</u>	<u>(15.377)</u>	<u>(11.076)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(9.841)	(7.351)	(19.850)	(13.462)
Diferido	2.024	1.811	4.473	2.386
	<u>(7.817)</u>	<u>(5.540)</u>	<u>(15.377)</u>	<u>(11.076)</u>

22 LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	Trimestre		Semestre	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Básico				
Lucro líquido do período	17.008	12.642	33.431	23.852
Número de ações durante o ano (milhares)	58.426	58.426	58.426	58.426
Lucro por ação – básico – R\$	<u>0,2911</u>	<u>0,2164</u>	<u>0,5722</u>	<u>0,4082</u>
Diluído				
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	17.008	12.642	33.431	23.852
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	58.426	58.426	58.426	58.426
Lucro por ação – diluído – R\$	<u>0,2911</u>	<u>0,2164</u>	<u>0,5722</u>	<u>0,4082</u>

Notas Explicativas

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o período e exercício findos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer (*)	(14.026)	(16.786)	(19.496)
Receitas de aplicações financeiras	11.693	14.617	17.540
Receitas financeiras de mútuo	5.737	7.000	8.255
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	(552)	(584)	(623)
IPCA	4,94%	6,18%	7,41%
Juros a incorrer (*)	(18.357)	(20.278)	(22.415)
Juros a incorrer, líquidos	(15.505)	(16.031)	(16.739)

Fonte dos índices do cenário provável: Relatório Focus - BACEN de 30.06.2012.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelas IFRSs, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$12.930 e R\$15.077, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação de contas a receber com a CGMP.

c) Risco de liquidez

Gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros						2016	Total
	(média ponderada)	2012	2013	2014	2015	em diante		
	efetiva % a.a.							
Debêntures	11,5	42.445	90.643	84.261	130.387	179.720	527.456	
BNDES automático	10,3	2.456	2.607	2.367	604	-	8.034	
Credores pela concessão	5,1	<u>5.683</u>	<u>8.689</u>	<u>8.689</u>	<u>8.689</u>	<u>21.629</u>	<u>53.379</u>	
		<u>50.584</u>	<u>101.939</u>	<u>95.317</u>	<u>139.680</u>	<u>201.349</u>	<u>588.869</u>	

24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

Notas Explicativas

25 GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém vigentes e atualizadas apólices de seguro garantia que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial; das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária; e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão. Adicionalmente por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial de obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2012 as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais e perdas de receitas	180.000
	Responsabilidade civil - geral	25.000
	Riscos de engenharia	40.631
Seguros-garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	114.707

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Itirapina - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

As Informações Trimestrais (ITR) incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e ao resultado do período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2011, obtidas das correspondentes Informações Trimestrais (ITR) referentes ao período de três e seis meses findo naquela data. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e a revisão limitada das Informações Trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012 (as ITR referentes ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2011 foram apresentadas em 1º de agosto de 2011). Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Ribeirão Preto, 13 de Agosto de 2012.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 139268/O-6

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 124504/O-9

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Sociedade não possui Conselho Fiscal constituído.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2012.

Itirapina, 13 de agosto de 2012.

Diretoria:

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Dra. Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de junho de 2012.

Itirapina, 13 de agosto de 2012.

Diretoria:

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Dra. Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro